

Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero.

Autoras: ROSÂNGELA ANGELIN & CECÍLIA MARGARIDA BERNADI

1. Introdução

O modo de produção capitalista estabelece, em sua estratégia de dominação e exploração, o endeusamento do mercado, o qual passa a ser, em seu juízo, incontestável, imutável, inegável e imprescindível para o “bom” funcionamento da sociedade. Diante deste contexto, a maior parcela da população mundial encontra-se cada vez mais excluída dos processos sociais, econômicos e políticos, ocasionando, principalmente em países do terceiro mundo e em desenvolvimento, um círculo vicioso de desemprego, miséria, fome e barbárie. Em debates recentes, começa a ser esboçado, a nível mundial^[1], um movimento denominado de “Economia Popular e Solidária”, o qual baseia-se em iniciativas de solidariedade e cooperação entre seus membros, como forma de resistência ao mercado capitalista e na tentativa de gerar trabalho e renda para esta parcela excluída da sociedade.

Neste processo de construção da Economia Popular e Solidária vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil. Portanto, pretendemos analisar de que maneira a Economia Popular e Solidária pode influenciar, modificar e gerar melhorias na vida das mulheres e até que ponto este movimento pode vir a proporcionar a busca da igualdade de gênero e contribuir para a emancipação feminina.

2. A situação estrutural das mulheres no mercado de trabalho

As diferentes condições em que vivem homens e mulheres não são ocasionadas pela diferença biológica existente entre ambos, mas sim pelas construções sociais e econômicas, as quais geraram uma relação social de sexo (KOLLONTAI, 1977: 13). Estas diferenças são observadas no mundo do trabalho através da divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho hierarquizado. As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução (BEAUVOIR, 1968). Assim, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino é considerado “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares, trabalho este não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003: 56).

Como “oficialmente” os homens são considerados os provedores da família, o trabalho realizado pelas mulheres é encarado como complementar às suas “obrigações familiares”, sua “verdadeira” ocupação e responsabilidade. Portanto, os salários recebidos pelas mulheres em funções iguais às exercidas por homens, na maioria das vezes, são inferiores.^[2] Neste contexto, as empresas e o poder público são coniventes com esta estrutura social e econômica, contribuindo para que as mulheres, tendencialmente, abdicuem de um trabalho formal, para atender às “necessidades” familiares, sacrificando, assim, suas liberdades e desejos pessoais, em nome do “bem coletivo”.^[3]

3. Economia Popular e Solidária: um desafio para as mulheres

A Economia Popular e Solidária ocupa lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista que nem o mercado, nem o poder público conseguiram solucionar: o desemprego, a exclusão social, econômica e política, a insegurança alimentar, o acesso à educação e saúde, etc (GUÉRIN, 2003: 75). Este movimento social é uma forma de organização econômica, o qual adota os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela

fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico (SINGER, 2004). Portanto, a Economia Popular e Solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2003: 75). Para que isto ocorra efetivamente, é fundamental o estabelecimento de relações de confiança entre os membros. Muitas reuniões, conversas, debates e discussões são importantes para estabelecer a coesão necessária para que a economia solidária, de fato, aconteça.

As mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de sua vida para manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo estas expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias, o que facilita seu engajamento em um movimento. Tendencialmente, as mulheres são as primeiras a se auto-organizarem também devido às dificuldades materiais que o mundo feminino apresenta, como o acesso à propriedade, à terra e ao crédito.

O trabalho assalariado das mulheres, produzido na sociedade capitalista, pode representar para elas a libertação da dependência econômica dos homens (MENSCHIK, 1978: 59). Porém, facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda, não garante a igualdade real entre homens e mulheres.

Como a Economia Popular e Solidária pode colaborar para romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho? Segundo GUÉRIN (2003: 76 ff.), a Economia Popular e Solidária apresenta-se como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros. Assim sendo, a tomada de consciência de que as mulheres têm mais dificuldades de fazer valer seus direitos, pode ocasionar um engajamento conjunto entre elas e/ou juntamente com os homens para superar desigualdades sociais e transformá-las em direitos reais. Embora os grupos de Economia Popular e Solidária se reúnam por necessidades imediatas e cotidianas, é preciso superar este imediatismo e incidir também sobre a elaboração de políticas públicas que contribuam para a ruptura da divisão sexual do trabalho, inclusive nos empreendimentos de Economia Popular e Solidária. Outro desafio importante do Movimento da Economia Popular Solidária em relação às questões de gênero, é debater e proporcionar a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também partilhar entre mulheres e homens as necessidades do cuidado com o outro, deixando de ser esta uma “obrigação” familiar naturalizada do sexo feminino e passando a ser encarada como uma responsabilidade da família, das autoridades públicas^[4], do mercado e da sociedade civil, ultrapassando assim, as fronteiras entre o domínio monetário e não-monetário e dos interesses particulares e gerais (GUÉRIN, 2003: 81ff.).

Numa avaliação geral, sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a Economia Popular e Solidária pode contribuir de várias formas: a) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; b) no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; c) viabiliza o acesso ao crédito e d) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro da Economia Popular e Solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se busca mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura (NOBRE, 2003: 28).

[1] O Movimento de Economia Popular e Solidária se manifesta, especialmente, nos países mais atingidos negativamente pela lógica do capital, ou seja, nos países do Hemisfério Sul.

[2] Ao ingressarem no mundo do trabalho, as mulheres são exploradas duplamente. Por um lado vendem sua força de trabalho no “mercado” a um preço mais baixo que o dos homens. Além disso, seu corpo é

mercantilizado através da propaganda. Por outro lado, as mulheres mantiveram suas “obrigações familiares”, gerando uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades.

[3] O corpo das mulheres, no decorrer da história, foi “aprisionando” com a finalidade de garantir o barateamento da sustentação do sistema econômico e social. Como o próprio desenvolvimento do capitalismo foi transformando a família numa espécie de protótipo do *trabalhador coletivo*, o salário tende a ser o *salário da família* e não propriamente o *salário do indivíduo*. Com isso, as exclusões cíclicas dos diferentes membros da família são debitadas na conta própria da família. O sistema econômico não se sente obrigado a pagar pelos problemas sociais que cria. Portanto, a contrapartida do trabalho livre é hoje, a contrapartida do lucro livre e socialmente irresponsável (MARTINS, 2002: 30).

[4] Uma vez que beneficia o conjunto dos contribuintes.

ROSÂNGELA ANGELIN Doutora em Direito, docente das Faculdades Integradas Machado de Assis, colaboradora da Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa - AREDE no Projeto “Mulheres Gerando Trabalho e Renda na Agricultura Familiar”, feminista e integrante da Marcha Mundial de Mulheres.

CECÍLIA MARGARIDA BERNADI Agrônoma, colaboradora da Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa - AREDE - no Projeto “Mulheres Gerando Trabalho e Renda na Agricultura Familiar”, feminista e integrante da Marcha Mundial de Mulheres.

Mulheres são maioria nos pequenos empreendimentos solidários

A Economia Solidária é o fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação privada de riqueza em geral de capital em particular. Esta nova prática de produção de consumo privilegia o trabalho coletivo, a auto gestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

O levantamento sobre a ação dos agentes de economia solidária em 2006, realizado pela Fundação Universidade de Brasília (Fubra), demonstrou que 60% dos associados dos empreendimentos solidários, impulsionados pelos agentes, são mulheres. Os empreendimentos, em sua maioria, estão relacionados à produção de peças de vestuário, alimentação e artesanato.

A pesquisa da Fubra mapeou 258 empreendimentos assessorados pelos agentes em todo o país. O relatório informa, por exemplo, que a forma de organização mais incidente foi a associativa (39%), seguida dos grupos informais (36%). Juntas, elas representam 75% desses empreendimentos.

Os agentes atuam em comunidades pobres, com a finalidade de organizar grupos e empreendimentos produtivos locais para a geração de trabalho e renda, pela via solidária.

Essas iniciativas solidárias têm servido como alternativa para exclusão social dos trabalhadores que buscam, na autogestão de empreendimentos, uma forma de subsistência.

O Atlas da Economia Solidária, lançado o ano passado, já demonstrava a força das mulheres nos empreendimentos solidários. O estudo revela que, quanto menor o porte do empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres. Elas predominam largamente nos empreendimentos com menos de dez sócios (63%).

De acordo com o Atlas, são cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e, os demais (73%), são empreendimentos formados por mulheres e homens.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Mulheres se destacam no mercado de trabalho

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2005 mostram que elas representam 40,3% dos empregados formais, têm ocupações gerenciais e empregos que exigem nível superior.

Brasília, 07/11/2006 - As mulheres representam 40,3% do total de empregados com vínculos formais, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2005. Elas aparecem nas ocupações gerenciais e se destacam nos empregos que exigem nível superior.

Entre as ocupações, as mulheres se destacam no magistério de níveis médio e superior, como professoras de pessoas com deficiência ou nas áreas de saúde e assistência social, como enfermeiras, médicas, farmacêuticas, nutricionistas, fisioterapeutas, dentistas, assistentes sociais e administradoras.

Segundo a Rais, em 2005 houve aumento de contratações para ambos os sexos, com destaque para o crescimento de 268,3 mil mulheres com superior completo, número superior ao de homens com o mesmo nível de ensino (173,4 mil). Já entre os homens, o crescimento mais elevado foi entre os com ensino médio completo (725,9 mil), contra 488,6 mil mulheres contratadas.

Também, pelo segundo ano consecutivo, foi registrado aumento em todas as faixas etárias, com destaque para o crescimento do número de empregados na faixa etária de 40 a 49 anos (456 mil), seguido dos aumentos nas faixas de 30 e 39 anos (399 mil), 25 a 29 anos (354 mil) e de 50 a 64 anos (338 mil), que apresentaram o maior crescimento relativo.

Vagas femininas - Com relação à idade, essas ocupações estão sendo preenchidas em sua grande maioria por mulheres com menos de 40 anos. Esta faixa etária compreende 99% das médicas, 79% das dentistas, 68% das docentes de nível médio, 60% das pedagogas e 56,5% das assistentes sociais. Entre as professoras de matemática, 50% tinham de 25 a 39 anos e, 48,6%, 40 anos e mais.

Há outras ocupações em que predominam as mulheres com ensino superior, com pelo menos 55% das contratadas. Entre elas estão as escriturárias de banco, analista de desenvolvimento de sistemas de informática, analista de recursos humanos, contadoras, assistentes administrativas e auxiliares de serviços jurídicos, tanto no setor privado quanto no Judiciário.

Dentro deste grupo ocupacional, 52% das agentes de serviços jurídicos tinham pelo menos 40 anos, 48% das analistas de desenvolvimento de sistema, entre 25 e 39 anos, e 39% destas ocupações, com 40 anos e mais.

Um terceiro grupo, formado por 15,3% das empregadas (137 mil), era, majoritariamente, formado por mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto, embora nesse grupo - entre 27,3% a 49% - tivessem ensino superior completo.

Dentre elas se destacam professoras de cursos de iniciação básica e continuada, os antigos cursos livres de qualificação/capacitação profissional, as supervisoras administrativas do setor público municipal e em atividades do setor privado (66% com 40 anos e mais), as gerentes de restaurantes e de atividades comerciais, as recreadoras e as conferentes de serviços bancários.

Exclusividade - Um quarto grupo de ocupações contratou quase que exclusivamente mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto, tendo se verificado o desligamento de empregadas com escolaridade inferior ao nível médio, este grupo representou 34% dos empregos femininos (306 mil).

Neste grupo se destacam as costureiras de confecção em série (92%, com 40 anos e mais), as recepcionistas, em geral e de consultórios médicos e dentários (57%, com 25 a 39 anos, e 43% delas já completara pelo menos 40 anos), as auxiliares e técnicas em enfermagem e as auxiliares de laboratório de análises clínicas, as atendentes de farmácia, vendedoras (varejo e atacado) e as agentes de vendas, as operadoras de telemarketing e professoras de história de nível fundamental.

As auxiliares de enfermagem, as costureiras e as professoras de história no ensino fundamental tinham 40 anos e mais em pelo menos 85% dos casos.

Jovens empregadas - Segundo os resultados da Rais, as ocupações que geraram mais postos de trabalho para mulheres, com até 24 anos, foram as de operadoras de telemarketing ativo e receptivo (59%, ou 22,6 mil jovens, tinham até 24 anos, e 93% tinham nível médio completo ou superior incompleto); demonstradoras de mercadorias (53%), agente de vendas de serviços (53%), cobradoras internas às empresas (52%), atendente de agência (51,3%) e atendente de lanchonete (50,6% ou 5,2 mil jovens).

Essa análise considerou as cem ocupações que mais empregaram mulheres em 2005, utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), atualizada em 2002, que permite desagregar as informações em até 656 famílias ou 2.285 ocupações. Segundo a CBO, os empregados com vínculo formal atuam majoritariamente em atividades operacionais, enquanto 19,6% em ocupações técnico-profissionais e 4,1% integram os grupos de direção ou gerenciamento.

Dos 5,7 milhões de empregos criados de janeiro de 2003 a agosto de 2006, 3,3 milhões foram para homens e 2,3 milhões para mulheres. Com isso, o número total de homens atingiu 20,6 milhões de empregados com vínculo formal e as mulheres 13,8 milhões de empregadas com emprego formal.

A taxa de crescimento neste período foi similar para ambos os sexos, da ordem de 3% ao ano. Estes dados levam em conta os números da Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE